

A CONJUNTURA PÓS ELEIÇÕES 2014

Claudio Nascimento

Esse ensaio buscar traçar cenários presentes no primeiro momento após o 2º turno das eleições presidenciais no Brasil. Numa segunda parte, traça algumas considerações em torno da ideia do Poder Popular.

O primeiro ato da presidenta reeleita Dilma, foi um apelo a União Nacional e a Paz! O país parecia sair dividido e fragmentado entre regiões e classes sociais.

Mas, um olhar imediato na 'superfície' política do Brasil nas duas semanas pós eleições, parece indicar que estamos numa situação radical de polarização entre a luta, por um lado, pela constituinte exclusiva e, por outro lado, o impedimento da Presidenta e\ou golpe militar.

Todavia, as forças que defendem estas duas propostas não são as que detem a hegemonia na sociedade. A primeira opção está ainda em seu início, um primeiro passo foi dado no plebiscito simulado antes das eleições, sem dúvidas um marco importante e necessário mas não ainda suficiente para mudar a relação de forças. A segunda opção é residual em relação as estratégias das forças derrotadas eleitoralmente. A primeira também não é a principal estratégia do bloco de forças heterogêneas vencedor das eleições.

Sem dúvidas, apontam para um cenário que pode se desenvolver mas que requer muitos fatores e de grande complexidade. Por enquanto são possibilidades remotas. O processo histórico do Brasil difere em muito dos vividos na Bolívia e Venezuela e Equador. Tanto no que diz respeito as estratégias das direitas (no sentido de tentativas de golpes explícitos) quanto das forças populares (no sentido de rebeliões populares que determinaram os processos Constituintes).

Mergulhando no processo histórico e político, vejamos as questões que permeiam por baixo da superfície.

América Latina= da resistência a constituinte:

O continente Latino-americano foi pioneiro na implantação das políticas neoliberais (novo padrão de acumulação de capital), no início imposto desde 1971-73, via ditaduras militares (Bolívia 71 e Chile 73), depois, em outros países, por vias de democracia formal. Um novo ciclo marcado pelas estratégias da Globalização financeira, reforças pelos governos Thatcher e Reagan no início dos anos 80.

Todavia, tal qual foi o primeiro cenário de implantação do neoliberalismo no mundo, a AL tornou-se o 'elo fraco' da cadeia neoliberal no início do século XXI.

Tomando como período de análise o final dos anos 70 até a primeira quinzena desse século, podemos assinalar que em vários países da AL as esquerdas após um período de resistência aos regimes militares, acederam ao poder através de eleições, o que significa uma importante e nova experiência. Se bem que nem todos países passaram por processos Constituintes através de fortes momentos de mobilizações sociais, como as rebeliões nos países andinos,

cujo vetor fundamental localiza-se 'desde abajo', alguns como o Brasil ,Argentina,Uruguai,Paraguai , passaram por processos de transições e eleições cujos vetores foram e são sobretudo 'desde acima'.

Se os processos 'desde abajo', apresentam aspectos radicais: refundação do Estado, plurinacionalidade, multiculturalismos,conceitos ampliados de democracia participativa, amplitude de novos direitos, como Direitos da Natureza, pluralidade econômica (varias formas de propriedade), ambas formas de processo em que as esquerdas chegaram aos governos, há um ressurgimento do Estado com papel importante na sociedade, políticas publicas de distribuição de renda com fortes impactos na vida dos setores mais pobres.

O novo ciclo foi iniciado com a Rebelião neozapatista em Chiapas-México em janeiro 1994.

Em 1992 Hugo Chavez tentou uma insurreição militar em seu pais.Chiapas e Caracas foram os primeiros sintomas da resistência contra o neoliberalismo.

Já Em 1989, no Brasil , tivemos um "Quase Lá" com a disputa presidencial disputa por Lula, como ponto alto de um ciclo de avanços das lutas populares e democráticas no pais.Esse fluxo levou o Brasil a uma nova Constituição em 1988.Forças populares lutaram por uma Constituente exclusiva e popular,através do Movimento pro-participação popular na constituinte.Por isso, diferentemente do Chile e Bolívia, o neoliberalismo começa de forma tardia no Brasil , devido a resistência encontrada nos anos 80.

Se no Brasil o ciclo neoliberal se estendeu desde o Governo Collor em 1989 até a vitória de Lula como presidente em final de 2002, em outros países o ciclo que chamamos de pós-neoliberalismo foi iniciado na segunda metade dos anos 90.

O período 1990-1998, foi marcado pela expansão da hegemonia neoliberal na AL,com os governos do Mexico, Paz Estensoro na Bolívia (1985),Menem na Argentina (1989),Andres Perez na Venezuela (1989),Fujimori no Peru (1990) e FHC no Brasil (1994).

Na Venezuela , entre 1989 e 1999, houve mais de 7.000 protestos de ruas.A rebelião popular chamada de " Caracazo" em 1989, iniciou um ciclo de protestos de ruas significou o inicio de uma crise de legitimidade dos governo neoliberais.

Esse novo ciclo correspondeu a uma crise do projeto neoliberal. Ao fracasso do Projeto para garantir crescimento, desenvolvimento e progresso, surgiram rebeliões sócias no continente.

Em 2001 o ciclo neoliberal se esgotou. Surgiram então a crise mexicana de 1994, a crise do sudeste asiático em 1997,a crise da Rússia em 1998, e a crise brasileira em 1999. Junto a crise econômica há uma crise ideológica do neoliberalismo.

Os movimentos contra a Globalização a partir de Seattle consolidam o esgotamento.O Forum Social Mundial de certa forma foi um espaço de convergência desses movimentos ditos altermundistas.

O primeiro Forum social mundial ocorreu de 25 a 30 janeiro de 2001, aglutinando uma serie de movimentos e lutas ocorridos nos anos anteriores (Cupula da Terra no RJ em 1992,Cupula do Clima em Tokio 1997,Cupula das Mulheres Pekin 1995,Cupula do Habitat em Estambul em 1996, Cupula Desenvolvimento Social em Copenhague 1995 Chiapas 1994, Seattle 1999).

O Forum significou uma 1ª instancia das formas de lutas contra o neoliberalismo.

Uma 2ª instancia veio com os Governos progressistas da AL, de uma fase de resistência para uma fase de construção de alternativas ou seja uma fase constituinte.

Neste ciclo eleições, H.Chaves foi eleito em 1998, Lula em 2002, Kirchner em 2003, Tabare Vazques em 2006, Ortega em 2007, Evo Morales em 2005, Rafael Correa em 2007, F.Lugo em 2008, Mujica em 2010.

Em 1999, Chaves convocou a Assembleia Constituinte. Na Argentina, em 2001 há uma verdadeira rebelião contra o governo. Em Cochabamba, também em 2001 teremos a rebelião pela Água na Bolívia e em 2003 a rebelião pelo gás, e uma multiplicidade de movimentos de indígenas e mineiros. Em 2005 ocorre a eleição de Morales e a convocação da Constituinte em 2006. No Equador, de 1997 a 2000, três governos foram destituídos pelo movimento indígena e popular. Em 2007, Rafael Correa é eleito presidente convoca uma Constituinte. Em El Salvador elege-se um ex guerrilheiro da Farabundo Martí, M.Funes. No Chile e no Peru também ocorreram mudanças de governo.

Surge uma nova estratégia das esquerdas na AL: uma disputa hegemônica de longa duração.

A construção pos-neoliberal exige uma prolongada luta pela hegemonia entre o novo bloco social e político-cultural e as velhas estruturas de poder vigente.

Há 3 casos mais radicais, inclusive chamados de ‘revoluções’; a revolução bolivariana na Venezuela, a revolução cidadã no Equador e a revolução indígena ou plurinacional na Bolívia. Os 3 processos têm como característica singular o fato de terem realizado Assembleias Constituintes. Estas significam possibilidades de estruturas com elementos pos-neoliberais de ruptura com a institucionalização vigente.

Bolívia e Equador, através da participação popular, imprimiram propostas radicais dos movimentos sociais dos indígenas e camponeses, através da ideia do “Bem Viver”, oposta ao colonialismo e ao capitalismo. Na área econômica, incorporou múltiplas formas de organização econômica, e mesmo formas históricas não-capitalistas, opostas a economia de mercado. Um tipo de economia mixta: economia popular, economia comunitária, economia social e solidária, economia plural.

No campo institucional, a relação entre Estado e Sociedade foi redefinida através de reformas democratizantes que significam a ‘refundação do Estado’ via formas de democracia participativa e direta, através de Conselho e Comunas.

Na Venezuela, uma fraca sociedade civil caminhou sob iniciativa do Estado, sob comando “populista” de Hugo Chaves e através das “Misiones Bolivarianas”, apontando para o chamado “Socialismo do Século XXI”. O projetado Estado Comunal prevê uma ‘nova economia’ com base solidária e autogestionária.

Os três processos são dinâmicos e portadores de muitas contradições. A morte de H.Chaves multiplicou as dificuldades do processo na Venezuela. A consequente mudança de relações de forças levou a oposição a uma postura ofensiva com apoio dos EUA.

Nos países em que houveram rebeliões, como Bolívia, Venezuela e Equador, os processos articulam a experiência de modelos econômicos antiliberais com processos de refundação do Estado a partir da esfera pública, para formar um novo bloco no poder.

A partir de 2007, a direita recuperou sua capacidade de iniciativa. Avançou nas esferas em que seu poder não foi afetado, onde mantinha sua hegemonia: o poder econômico e o poder da mídia. Em cada país desenvolveu uma estratégia, mas com eixos comuns: contra a ‘estatização’, contra a ‘corrupção’, contra ‘ameaças a liberdade de imprensa’, contra a participação popular (‘bolivarismo’, ‘chavismo’). A relação de forças determina a intensidade

da estratégia, desgaste, sabotagem, impedimento, golpe. No econômico, críticas a inflação, ao PIB, etc; defesa de ajustes monetários e fiscais.

Se estes Governos desenvolvem políticas sociais importantes que alteram a relação de forças no campo social, no campo econômico a hegemonia do capital financeiro, no campo ideológico o poder da Mídia e na área rural o Agronegócio, os 3 pilares do poder dominante mantêm intactos seus poderes. Os poderosos meios globalizados de Comunicação tornaram-se verdadeiros partidos políticos das elites.

Aqui estão os limites dos processos em curso na AL: O poder do capital financeiro. Não foi reduzido o poder de acumulação do grande capital transnacional. Em última instância, ele determina os processos políticos em curso.

A morte de Hugo Chávez em 2012 significou um recuo no processo venezuelano e abriu espaços para a guerra de alta intensidade dos conservadores. Mas, a reeleição na Bolívia de Evo Morales, em 2014, significou o mantimento dos processos na AL.

As críticas a estes modelos econômicos os classificam de 'estratégias de curto prazo' e 'assistencialistas', que aproveitaram a situação econômica mundial favorável a política de preços. No contexto da globalização do capital não é possível reviver a economia mixta keynesiana-desenvolvimentista dos anos 60. O Estado estimulando um setor empresarial privado visando o mercado interno inserido no mercado internacional. O Modelo com base no extrativismo mantém a dependência econômica.

A alternativa está em construir uma economia mixta de transição com três setores: uma economia pública com outro Estado, uma economia empresarial regulada e uma ECONOMIA SOLIDARIA articulada de forma orgânica a estratégia de desenvolvimento. Esta última economia poderá se inserir no movimento do conjunto da sociedade.

Numa perspectiva radical, será preciso reorganizar o campo popular para afirmar outra economia, o que supõe transformar o Estado e sua relação com a Sociedade civil.

Por fim, a reeleição de Evo Morales nas eleições bolivianas de outubro permite o avanço dessa estratégia na A.L. Combinada com a reeleição de Dilma no Brasil, criam um quadro de possibilidades de consolidação e avanços no Continente.

PROJETOS em DISPUTA: Governos e Esquerdas

Pensando em uma 'linha de memória de média duração', após mais de duas décadas de neoliberalismo e, com mais de 15 eleições presidenciais, podemos falar de 3 tipos de governos predominantes na AL. Mas, numa linha de 'longa duração', há o caso de Cuba, governo iniciado após a revolução de 59 e nos anos 60 se definido pelo socialismo.

- 1) Os Conservadores neoliberais, pró norte-americanos, repressores e opostos as reformas sociais, tipo México, Colômbia, Peru e Honduras, Paraguai;
- 2) Os de Centro-Esquerda, (neo-desenvolvimentistas, social-democráticos) mantêm relações ambíguas com os EUA, defendem as conquistas democráticas e realizam reformas sociais; Brasil, Argentina, Uruguai, El Salvador e Chile;
- 3) e os Nacional-populares, em choque com os EUA (Alba, Unasul, Banco do Sul), mobilização das massas, ruptura com a elite dominante, avanços na questão das

formas de democracia (Constituintes e Refundação do Estado).Venezuela, Bolívia e Equador.

- 4) CUBA um caso único por ter feito uma revolução nacional anticapitalista (1959) e por como objetivo estratégico o socialismo.

Na verdade, não são modelos puros ,sobretudo,os últimos tipos. Por exemplo, os Governos da Venezuela e Bolívia combinam objetivos neodesenvolvimentistas com medidas de redistribuição de renda aos setores mais pobres.Combinam elementos contraditórios, no plano político processos de mobilização popular e, no plano econômico dominância de economia extrativista. As diferenças entre os Governos de centro-Esquerda e os nacional-populares ficam mais claras em relação a política frente aos EUA, maior espaço para a mobilização popular, conflitos com o capital local.Mas , em nível econômico há similitudes com a dominância da economia extrativista.

Todavia, nessa Tipologia de Governos na AL, se enfocarmos no campo das esquerdas, podemos falar de 2 tipos : variantes que estão em Governos, que são governantes ; e variante que não é governante.As três variantes se contrapõem aos conservadores.E, apresentam algumas combinações, não sendo modelos puros.

- 1) A Social-Democracia:

Oposta ao conservadorismo liberal, defende a democracia liberal, o desenvolvimento economicista e o Estado nas políticas sociais de caráter assistencialista,e um processo político gradual.Atualmente, se aproxima no campo econômico adota os programas de ajuste do neoliberalismo, o sistema global de mercado,mesmo que haja desgaste do meio ambiente e da coesão social; criar condições para o capital ,estabilidade monetari, ordem jurídica e minimizar conflitos sociais e ,na política vai para o centro-direita.

No social, se diferencia do campo centro-direita ao buscar justiça social através de redistribuição de renda através do Estado, que foi limitada pelo modelo neoliberal.Essa política social ,focalizada nos setores mais pobres depende da conjuntura da economia mundial.Tem caráter assistencial e focalizado , reduz a pobreza extrema mas mantém as desigualdades.

- 2) A Nacional-Popular

Combate aspectos centrais no modelo neoliberal, através da construção de contra-hegemonias.Centrada no aparato do Estado,como espaço de acumulo de poder e de redistribuição de renda, com forte intervenção no mercado interno e na conexão com o mercado global.

Opera um discurso nacional e popular identificando o neoliberalismo e a oligarquia local como inimigos internos.Tendo como apoio principal os pobres e os trabalhadores através do Estado social, defende o sistema de direitos universais da cidadania ao substituir os regimes anteriores, governos conservadores, ditaduras ou neoliberais.

Mas, articula o discurso dos direitos com alto padrão de clientelismo político.Pode ou não ser anti-imperialista, mas afirma uma política da soberania nacional. Apoia a democracia representativa mas apela ao estilo “líder carismático-massa popular”. Não é anticapitalista mas luta para superar a institucionalidade neoliberal e substituí-la por uma modernização capitalista via aliança entre a burguesia nacional e os

trabalhadores. Seu aspecto mais forte é o apoio das massas populares e o anti-imperialismo.

O aspecto populista incorpora um setor de produção não capitalista dando sustentação a uma economia social (camponesa, indígena, informal, cooperativada). Argentina e em parte Venezuela e Bolívia.

Uma variante desse modelo, agrega um componente de ruptura anticapitalista, que no campo ideológico incorpora o marxismo, Através do Estado impulsiona a formação de organizações populares e comunitárias de base, democracia direta e uma visão internacionalista. Venezuela.

3) A Esquerda radical – Poder popular e comunal

Na conjuntura atual com enormes dificuldades de se tornar governante , mas participa em alguns governos. Em sua concepção ideológica tem uma postura crítica frente a alguns temas: Modernidade, Poder estatal, Progresso e economicismo, classes e sujeitos sociais , colonialidade e patriarcado. Incorpora elementos de autonomia e anarquismo.

Apoia-se no feminismo antipatriarcal, movimentos indígenas e afrodescendentes, ecologismo e economia solidária.

Em algumas correntes há uma forte influência da experiência autonomista do Neozapatismo de Chiapas.

Nas experiências de governos da Bolívia e do Equador, há muitos elementos desta variante.

No final do ensaio apresentamos mais alguns elementos deste campo.

BRASIL : DISPUTA DE PROJETOS

A reeleição de Dilma foi marcada por uma disputa super acirrada, que ficou expressa na pequena margem de votos de sua vitória nas eleições (51% x 49%). Três acontecimentos influenciaram nessa disputa, dois de forma cumulativa com o passar do tempo, e um de forma direta e imediata.:

- 1) O primeiro ocorreu em Julho-Agosto de 2013, com as manifestações massivas nas ruas de 400 cidades do país. Teve seu motor nas lutas concretas pelo Passe Livre, com o tempo múltiplas e fragmentadas reivindicações surgiram , todas ligadas a Questão Urbana.

As forças conservadoras conseguiram capitalizar essa disputa nas ruas ao associá-la ao tema Mudanças tendo como conteúdo central a Corrupção. O papel da Mídia foi fundamental para tornar senso comum estas idéias. A presença de atos violentos (chamados de “vandalismo”) de alguns setores, isolaram as manifestações em sua fase final. Aspectos de preconceitos e racismo , como a visão anti-partidos (PT) e políticos prevaleceram nas bandeiras das forças de direita, e se fortaleceram no senso comum da sociedade.

As ruas mostraram que há um fosso entre o povo e os partidos e a representação político-parlamentar. A p. Dilma respondeu às ruas com a proposta da Constituinte e do Plebiscito, de imediato atacada pela direita e mesmo pela base aliada incluso setores do PT. Da noite para o dia a proposta do Plebiscito passou para Referendo , sob controle do Congresso.

Estes elementos foram trabalhados pela direita e retornaram no momento da Copa do Mundo de futebol. O anti PT e a raiva utilizada para desgaste da imagem da presidenta Dilma, tratada com palavrões em vários momentos, mas sobretudo, na abertura da Copa em SP.

A tentativa, por vários setores, de retomada das manifestações de 2013 foi abortada na época da Copa. Um forte aparato repressivo foi posto em ação pelos Governos. A situação ficou mais complicada com a derrocada final no jogo entre Brasil 1 x 7 Alemanha.

Tres propostas circularam em 2014 acirrando o clima. A da Educação Popular como Política Pública; a da Política Nacional de Participação e, a do novo marco Regulatório. As três associadas a da Constituinte exclusiva, poderiam traçar uma estratégia. Todas saídas da Secretaria geral da Presidência Dilma.

- 2) O segundo acontecimento que podemos agregar a conjuntura foi o trabalho da CVJ que apurou de forma pública os crimes bárbaros cometidos pela Ditadura. Trouxe a público fatos chocantes e acirrou a relação com as FFAA, que se negaram a liberar documentos. Durante dois anos foi uma enxurrada de depoimentos e documentos circulando nas Redes e na Mídia.
- 3) Um terceiro acontecimento teve influência imediata nas eleições: a morte em acidente aéreo do candidato do PSB (Eduardo Campos) em plena campanha. O acontecimento foi transformado em espetáculo midiático canalizando para a candidata a vice em sua chapa Marina os sentimentos de Mudanças (pela reeleição, alternância de governo) e o tema da Corrupção (anti PT), sob o nome de uma “Nova política”.
As pesquisas colocavam Marina a frente do pleito no 1º turno. Mas, após acirradas críticas pelo PT e partidos de esquerda (Psol e Pstu), Marina despendeu rapidamente. Mas, sua campanha curta deixou vestígios e, apoiando a candidatura do PSDB no 2º turno, estes elementos foram para campanha de Aécio Neves. As forças de direita sentindo a dificuldade das esquerdas, fez unidade em torno de Aécio. Este concentrou e radicalizou a campanha em torno dos temas Mudanças e Corrupção como balanço das manifestações de 2013.
A Mídia usou todos os recursos para derrotar Dilma (como o golpe da revista “Veja” antes do 2º turno). A Globo usou seu Jornal Nacional em horário nobre para apresentar depoimentos dados em “segredo de justiça” em relação ao dito “Petrolão”, lembrando o “Mensalão”.
A vitória de candidatos como Bolsonaro, o resultado da votação pro Felix e de outros deputados eleitos, resultam desse clima de “fobia mental” assentada em racismos e preconceitos, anti-comunismo e homofobia. Um exemplo típico do que J. Rancière denominou, em obra atual, de “Ódio à Democracia”.

A candidatura do PT fez um movimento à esquerda. Os movimentos sociais realizaram um Plebiscito em torno a Constituinte e a reforma política, obtendo cerca de 8 milhões de votos. Um caminho era retomado e apontado pelas esquerdas.

CENARIOS EM DISPUTA

=OPOSIÇÃO

A CONJUNTURA PÓS-ELEIÇÕES , começou caracterizada por um alto nível de racismo e preconceitos contra as forças que deram vitória a Dilma.Sobretudo, as beneficiadas pelos Programas Sociais desde o Governo Lula. Uma construção social foi tentada: a divisão do Brasil entre Norte-Nordeste e Sul-Sudeste-Centro-Oeste. Entre pobres e ricos. Mas, os dados mostram que Dilma ,apesar de derrotada no Sul e Sudeste, teve mais votos nestas duas regiões que no Nordeste e Norte juntos.Sobretudo, venceu em SP e MG, os dois maiores colégios eleitorais do país.(vide Mapas)

Setores da classe media iniciaram nas Redes e Midia uma campanha ideologica violenta contra nordestinos, que supostamente são beneficiados com a transferencia da riqueza produzida nos estados do sul-sudeste para os Programas tipo “Bolsa Familia”,etc. A campanha orquestrada antes das eleições de critica ideológica pelos médicos em torno ao “Mais Médicos” é base para critica a uma suposta adesão do Governo do PT o socialismo de Cuba.Dai os chavões de castrismo,chavismo e bolivarismo.

Manifestações (2.000 pessoas em SP) pedindo o ‘impedimento’ de Dilma e até a volta dos militares-golpe, foram realizadas em SP e em algumas cidades. Editoriais de jornais da elite trataram de contradizer a proposta de golpe militar e ,incluso,o Clube Militar se pronunciou contra.Mais de 100 mil assinaturas foram postadas em um Site da Casa Branca nos EUA pedindo o combate a ascensão do “comunismo bolivariano” no Brasil.O PMDB com a Midia iniciaram combate a ‘regularização’ da Midia.Dilma retirou a publicidade do Planalto a Revista VEJA.

Na semana seguinte foi a vez das forças de esquerda realizarem manifestações em SP e outras cidades, em favor da Constituinte e da reforma política.A executiva nacional do PT tira uma nota em que defende “reformas estruturais”, “construção de hegemonia” e “revolução cultural”.O jornal Estado de São Paulo comenta a nota do PT com o titulo “O PT sem a pele de cordeiro”, acusando o partido de voltar a seu Programa Politico de 1989, acirrando os ânimos.

A Camara Federal ,na semana após a eleição, derrubou o Decreto sobre a Politica Nacional de Participação sob alegação pelos parlamentres conservadores de ser um ‘cavalo de troia’ do ‘chavismo’ e do ‘bolivarismo’,países em que os Conselhos Populares são estratégicos no processo de refundação do Estado.Na mesma semana ,a Midia começou campanha no sentido de definição de nomes da futura equipe do Governo, principalmente, os Ministrios da Fazenda e do Banco Central, pressionando para definição de nomes para ‘acalmar’ o ‘mercado’(combate a inflação e juros).Na mesma semana, o Banco Central aumentou a taxa de juros.

Fica claro que o Governo não terá trégua.O período histórico está claro e o processo é acelerado e concentrado: teremos a disputa em 2016 (eleições municipais) e a grande disputa de 2018 (já com definição de candidatos, Aecio ou Alkmin e o medo da volta possível de Lula).

Nesta perspectiva, as forças conservadoras traçam sua estratégia de acumulo de forças para esse período histórico.O processo de acumulo compreende três campos em uma estratégia articulada:

- 1) A partir do poder econômico-funanceiro ,Impor ao Governo a política econômica derrotada nas eleições (investir nos Ministerios e espaços como Banco Central);

- 2) Um desgaste permanente do Governo, através do Congresso(o mais conservador desde 1964) e da Midia (poder concentrado e globalizado) , visando as disputas de 2016 e 2018; Na primeira, vencer e tornar as prefeituras espaços de guerra de posição,para combate ao governo federal;
- 3) Radicalização via manifestações de ruas por setores da classe media , que possa repetir as manifestações de massa de 2013, visando construir uma crise de hegemonia.As bandeiras de 'impedimento' e golpe militar estarão suspensas como ameaças permanentes sobre a cabeça do governo.

Qual o peso e as possibilidades destes cenários ?

Na estrategia os três campos estão articulados .A força de um ou outro dependerá da relação de forças do momento (conjuntura).

O 1º campo tem sua força como guerra de posição no momento de composição da equipe governamental da Dilma.Mas a cada momento voltará como guerra de movimento.Sua força está no poder econômico que é estrutural.

O 2º campo, será o cenário principal da disputa pois tem sua força em espaços de guerra de posição (Midia e Congresso) e disputa de idéias.

O 3º campo, tem possibilidades baixas de ser constante,pois sua força dependerá do resultado dos dois primeiros campos de luta.É uma guerra de movimento que depende de cada conjuntura,Será tipo uma reserva tática.

=GOVERNO

Tudo indica que o ciclo de crescimento com base no consumo, através dos Programas Sociais e outros instrumentos de credito ou já se esgotou como estratégia de desenvolvimento ou está em fase final.O próximo ciclo e Governo deverão reforçar e aprofundar estes programas sociais. Afinal, neste campo está assentada sua principal base sócio-política.

Tem a seu favor para as próximas disputas (2016 e 2018) , que nos próximos anos as grandes obras do PAC estarão em fase de finalização , além, de uma reserva estrategica na figura do ex-presidente Lula.

A vitoria do PT nas eleições, está sem duvidas alicerçada no resultado destes programas sociais.Nestes 12 anos de Governo petista houve um crescimento humano fundamental.Dados do PNUD ,com base nos dados do IBGE e do IPEA , em pesquisa que cobre o período 1991-2010 ,são muito claros em relação aos indicadores de 5.565 municipios do pais.

Em primeiro lugar, o IDH dos Municipios passou no período citado de 0,493 (“muito baixo”) para 0,727 (“muito alto”), um salto de 48%.É um avanço sustentado na base da sociedade.Uma ‘interiorização’ do desenvolvimento.

Em 1991, os municípios com índice “muito baixo” eram 4.777 (55,8%). Em 2010,eram apenas 32 (0,6%).

O Nordeste ainda tem 1.099 municipios com índice “ baixo” (61,3%)

Em termos de ‘renda mensal per capita’ , passou de 0,647 para 0,739 no período, um aumento de RS 346,00.Para uma família pobre de 4 pessoas ,aumentou a renda em mais de RS 1.000,00.

Na educação, adultos com mais de 18 anos com conclusão do ensino fundamental ,passou de 30,1% para 54,9%.A população de 18 a 20 anos, com ensino médio completo, era em 1991 de 13% , em 2010 era de 41%.

(Atlas Desenvolvimento Humano no Brasil 2013)

Estes dados estão no ensaio de L.DAWBOR (Le Monde Diplomatique, Julho 2014).

Dawbor tira conclusões : “Não dá para negar os imensos avanços, mas não dá para negar a imensa paralisia política que gera a tal governabilidade, o travamento da reforma agraria,os imensos atrasos do saneamento, a continuidade do financiamento dos grandes grupos de comunicação pela publicidade oficial,o escandaloso nível dos juros dos bancos comerciais, a fortuna transferida anualmente para os bancos pela taxa Selic,a imensa injustiça do sistema tributário, e assim por diante”.

E,conclue que o principal desafio é avançar na redução das desigualdades.Cita a Revista “Forbes” que assinala a origem dos principais bilionários brasileiros: banqueiros, donos de meios de comunicação, construtoras,exploração de recursos naturais.

Emir SADER logo em seguida a vitoria de Dilma ,pautava algumas questões.

“O mandato de Dilma ,o terceiro do ciclo pósneoliberal, enfrentou dificuldades, quando a recessão internacional fez sentir fortemente seu peso sobre a economia, enquanto no plano interno as tendências especulativas foram alentadas pelas taxas de juros altas,desviando recursos do processo produtivo.Dilma tinha se comprometido com baixar as taxas de juros internas ao nível das internacionais, para não alentar os capitais especulativos, mas, depois de chegar a baixa-las, cedeu ao terrorismo econômico da mídia e voltou a aumenta-las.

Este é o **primeiro problema estrutural** que o governo tem de enfrentar no seu novo mandato.

Não haverá o novo ciclo expansivo da economia anunciado por Dilma, se não desalentar e quebrar as tendências especulativas dominantes entre o grande empresariado.Retomar a dinâmica de diminuição das taxas de juros, taxar a circulação do capital especulativo, conseguir redirecionar o grosso dos investimentos para os setores prioritários na economia é o **primeiro desafio** do novo mandato de Dilma.

Em **segundo lugar** lugar, avançar naquele aspecto que, intocado, quase levou ao fim do ciclo de governos começado com o Lula: a democratização dos meios de comunicação.Não fosse a construção antidemocrática da opinião publica pelos meios de comunicação monopolistas, a contraposição entre os governos tucanos e os petistas teria dado uma vitoria tranqüila a Dilma no primeiro turno. Sem isso, a própria discussão sobre a reforma política ficará prejudicada, favorecendo os argumentos da direita no debate.

Em **terceiro**, cumprir com o compromisso de convocar uma Assembléia Constituinte para uma reforma política – na verdade do sistema eleitoral-, terminando com o financiamento privado das campanhas” .(Rede Brasil Atual, 27-10-2014).

Sem duvidas,uma agenda política para o novo mandato iniciar um novo ciclo no pais.

=ESQUERDAS

As esquerdas do campo popular, centram suas ações em torno da estratégia da Constituinte exclusiva, passando pela Reforma Política e pelo Plebiscito. É um caminho para consolidar e avançar os Programas Sociais na saúde, educação, transportes, moradia, etc, e as reformas populares. Seus setores mais avançados defendem a construção do Poder Popular.

O PODER POPULAR

“Quando não se deixa ver, não é porque desapareceu, ela simplesmente se torna invisível”.
“Mas a toupeira sempre está cavando” (Emir Sader)

Em algumas conjunturas históricas, é importante se compreender como a ‘Toupeira’ se move no meio dos setores populares, dos mais oprimidos da sociedade. Mas, sobretudo, para conhecer o que a Toupeira constrói de alternativas. Deste modo, quando surgem as grandes ondas, os Tsunamis da História, rebeliões, revoltas e revoluções, não somos tomados de surpresas, porque elas são e serão sempre frutos de processos de longa duração.

Sob o olhar da memória longa, a ação de Educação Popular foi desenvolvida nos anos 1970/1980 (que, por sua vez, nos remete aos anos 1960), primeiro na resistência a ditadura militar e, em seguida, no processo de democratização.

Neste período, em uma onda de longa duração, os setores democráticos e populares tornaram ‘robusta’ a sociedade civil do país, através do processo de ‘conscientização’ e da organização de base.

A disputa de hegemonia levou os setores a darem vida ao Projeto democrático-popular, que por três vezes disputou a Presidência do Brasil. A figura de Lula foi o mito para o qual convergiram todas as esperanças. Enfim, em 2002 esse projeto, costurando várias alianças, chegou ao principal cargo do poder executivo do Brasil. Foi um fato simbólico fundamental.

Mas, sem dúvidas, o longo e lento trabalho feito nas bases da sociedade teve um papel nesse processo. A ideia central era a de construir o Controle Social pelas bases, a partir da conscientização e organização de base da “população”. Uma forma de “socialização de base do poder político,” a partir das necessidades da população oprimida. Sem dúvidas, uma concepção freireana da política.

Uma análise como memória longa, recuperando e atualizando questões da Educação Popular e do projeto político, um movimento social-político-pedagógico, que retoma e re-significa ‘velhas ‘questões’ da construção do Projeto Popular, do período de longa duração que vai de 1955 (Governo JK) até 1964 e, num segundo ciclo, que vai de 1974 até 1989.

Neste sentido, sua concepção de “Projeto de Sociedade” abarca o conjunto de questões estratégicas, tanto de Governos quanto de Movimentos Sociais e das experiências em curso na América Latina e Central. Desse modo, constrói a sua contribuição ao novo internacionalismo, que se forja na atualidade, na América Latina.

A leitura e análise do conjunto de material produzido pelos coletivos nos 27 estados do Brasil levam a algumas reflexões sobre a questão atual da construção do Poder Popular e de sua ressignificação neste novo ciclo.

A re-significação do Poder Popular na América Latina (formas diversas de Poder Comunal)

Nas experiências atuais, o Poder Popular-comunal é “Potência” que traz em si a Utopia Concreta, o “Inedito Viável” (Paulo Freire) e o “ainda-não-ser” (E.Bloch).

Nossa leitura aporta elementos do campo metodológico das ciências sociais da América Latina, que buscam refletir as experiências em curso e, sem dúvidas, muitas das idéias em desenvolvimento em nosso Continente.

Em um olhar na linha de uma onda de longa duração, ou memória longa, vemos que as diversas tentativas dos trabalhadores de “assalto ao Céu”, na verdade, significam ensaios de construção dos ‘órgãos de poder popular’, muitas vezes antagônico ao núcleo fundamental do metabolismo do Modo de Produção Capitalista.

São os casos de revoluções ativas de massas, e também de revoltas e rebeliões. Nestes momentos, os trabalhadores fundam órgãos de autogestão que são, na verdade, órgãos de caráter Comunal.

Se, no campo da ‘memória curta’, tomamos a experiência da Polônia, de 1980-81, como ponto de chegada, de um longo ciclo iniciado no pós-guerra, um novo ciclo se iniciou nos anos de 1990 e 2000, na América Latina: possivelmente, com a rebelião indígena em Chiapas, em 1994, retomando os ideais do Zapatismo da Revolução Mexicana, de 1910-11.

Por um lado, de uma forma em que o Potencial está se tornando “Realidade” de forma mais explícita, olhando o movimento “Desde Abajo”, como nas experiências em curso na Venezuela e Bolívia, Equador, e, de forma menos explícita e consolidada, até duvidosa, em países como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Peru.

Se recuarmos nas temporalidades, cascavilhando no campo da “memória longa”, estas expressões do poder popular de forma comunal, podem ser encontradas desde as experiências dos 'comites revolucionarios' nos 1948, nos bairros de Paris, no curso da Revolução Francesa de 1789, nos anos 1893-94, em que os 'sans-culote' criaram seus órgãos revolucionários de poder.

E, sobretudo, temos a experiência fundante (“A forma enfim encontrada”, disse Marx) da Comuna de Paris, em 1871, quando as fábricas passaram a ser geridas pelos próprios trabalhadores; e o povo de Paris forjou uma proposta de Gestão do conjunto da cidade.

A Comuna influenciou todas as lutas revolucionárias que a sucederam, como o Soviet de Petrogrado, em 1905, e, sobretudo, a Revolução de 1917, em que a palavra de ordem central foi de “Todo o Poder aos Soviéticos”, isto é, aos 'órgãos de gestão popular', surgidos em todos os espaços da sociedade russa: nas fábricas, bairros, parlamento, campo, estudantes, etc.

Em Nuestra America, a experiência que já podemos situar no campo da memória longa, na década de 1970, é a Unidade Popular do Chile de Allende, em que foram fundados órgãos de poder popular: os Cordões Industriais, redes que articulavam fábricas geridas pelos operários e juntas de bairros. Inclusive pré-figurando uma Assembléia Popular.

Como já assinalamos acima, o último rebento do ciclo iniciado nos pós-guerra, foi na década de 1980, na Polônia, dando seqüência a uma onda larga, iniciada em 1953-56, de revoltas, rebeliões e revoluções. No campo das sociedades pós-capitalistas do Leste Europeu surgiu a Rede Autogestionária que controlava as 3.000 maiores empresas do país, articulada ao “Sindicato Livre Solidarietà”. Em seu Congresso, que durou 2 semanas, os trabalhadores construíram como Programa Máximo, “A Republica Autogestionária” da Polônia.

Com as lutas na Polônia, possivelmente, se encerrou o ciclo sob hegemonia da “velha classe operária” centrada nos grandes centros industriais. Esse ciclo teve como centro do Projeto Popular a fábrica, e como expressões políticas o Sindicato e o Partido, com a particularidade de que, nos países do chamado ‘socialismo real’, devido à fusão

entre Partido-único e Estado, o Sindicato expressou os anseios do conjunto dos setores populares e cidadãos.

A experiência do Chile de Allende também teve o movimento operário como sujeito principal, através da CUT chilena, implantada nos locais de trabalho.

O atual ciclo porta novas características do Poder Popular, que assume a 'Forma Comunidade'.

A velha Toupeira mudou de espaço geográfico nos anos subseqüentes e assumiu, na America Latina e Central, a 'Forma Comunidade'.

E veio à tona, sobretudo nos Andes, com milhares de Índios, através de insurreições diversas e outras formas de luta, organizações e poder popular, com "caráter comunal". Mas, incorporando a experiência acumulada no ciclo anterior pelos trabalhadores do campo-cidade nos Partidos e Sindicatos.

O Documento da Equipe Nacional da Recid, para debate sobre o poder popular, já refletia essa nova conjuntura:

"As experiências históricas, guardando a especificidade de cada país, demonstram que a construção do novo poder e de uma contra-hegemonia, nas sociedades da America Latina, só se dão na medida em que conseguem construir um sujeito político plural, múltiplo, a partir de sua diversidade étnica e cultural."

Esse longo ciclo de lutas pela emancipação do trabalho é um fenômeno de tamanha profundidade que demanda estudos no campo da filosofia, precisamente da "ontologia do ser social". Se, por um lado, essa longa história de experiências de emancipação vem marcada por derrotas, por outro lado, essa utopia concreta não se extinguiu, não morre, está sempre presente ao longo processo histórico.

É como um 'fio condutor', sempre marcando e sempre vindo à tona nos momentos históricos de virada de onda. Por isso, sua fundamentação é algo permanente na sociedade. E, assim, demanda articulação de temporalidades várias, memórias curtas e memórias longas, História e Cotidiano.

Anton Pannekoek, que estudou esse fenômeno e chamou de "Conselhos Operários", mas que, na verdade, são Formas Comuns de Poder Popular, dizia que:

Conselhos Operários, isso não distingue uma forma de organização fixa, elaborada de uma vez para todas e em que só ficaria a tarefa de corrigir, aperfeiçoando detalhes; trata-se de um princípio, o princípio da autogestão operária das fabricas e da produção(...) Trata-se unicamente de um Fio Condutor para uma longa e dura luta de emancipação que a classe operária tem ainda diante dela" (PANNEKOEK, 1982, p.7).

E, historicamente, sua forma primeira e mais delineada, surgiu com a Comuna de Paris. A “Forma política enfim descoberta para levar adiante dentro de si a emancipação econômica do trabalho”(MARX, 1977, p.67).

Assim, podemos falar de “Principio do poder comunal” ou “Principio da autogestão”, que pode tomar muitas e diversas formas: conselho operário, camponês, de bairro, como práxis revolucionária de muitos e plurais sujeitos históricos, operários, camponeses homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes, soldados, índios e quilombolas.

O Poder Popular

No Continente latino-americano-central, as experiências da Forma Comunidade são fenômenos de ‘longa duração’ e fazem parte do processo civilizatório das comunidades indígenas, dos povos originários.

Por exemplo, o ‘AYLLU’¹ peruano têm sua origem no pré-Incaico “ayllu”, o qual se perde na nebulosa da pré-história americana. O mais provável é que a origem do “ayllu” seja paralela à conversão do nômade em sedentário. O “Ayllu” foi à célula comunitária do Império Inca.

Tão grande é à força da comunidade agrária nos Andes que a mesma se manteve desde o pré-incaico até nossos dias, apesar da obra devastadora da Conquista, que arrasou durante os primeiros anos as mais recônditas cavernas dos Andes.

Através das idéias do marxista peruano Mariátegui fica claro o caráter coletivista e mesmo autogestionário da Forma Comunidade. Em seu “7 Ensaio”, ao criticar o método liberal-individualista, o autor fala destas experiências como base para um possível “Socialismo Indo-americano”.

Diz Mariátegui: “considero fundamentalmente esse fator incontestável e concreto que dá um caráter peculiar a nosso problema agrário: a sobrevivência da comunidade e de elementos de socialismo prático na agricultura e na vida indígenas” (MARIATEGUI, 2008, p.69).

Para Mariátegui, estes elementos surgiram no Peru em tempos pré-incaicos e se desenvolveram junto com uma economia que se desenvolvia “espontânea e livremente”, até a Conquista Espanhola. O que significa que estes elementos não foram eliminados ou afetados pelos Incas, que estes não alteraram esse estado natural; pelo contrário,

¹ ‘Ayllu’, em quéchua, significa “grupo de parentes”.

segundo Mariátegui, o “potenciaram”: “O trabalho coletivo, o esforço comum, foram empregados frutuosamente com fins sociais.” Deste modo, estes elementos garantiram a subsistência e o crescimento da população. No marco do Império Inca, as comunidades foram às células de um Estado “dinâmico”.

Com a Conquista espanhola, veio uma nova “Visão de Mundo”, como bem disse René Zavaleta:

Os espanhóis trouxeram o sentimento do ouro, isto é, as noções de abundância e carência, desconhecidas naquela cultura coletivista e também, por consequência, as idéias da solidão, a concorrência e o indivíduo. É o idioma da ambição que, no gold rush da Conquista, constrói o mito do Eldorado, cuja versão altoperuana é o Grande Paititi, perdido ou escondido na manigua inacessível de Moxos (ZAVALETA, 1967.p.19).

Diversos autores² da America Latina-central assinalam que existe um Sistema Comunal que se expressa em formas econômicas e políticas: a propriedade coletiva dos recursos e o manejo ou usufruto privado dos mesmos. No sistema da propriedade coletiva há a deliberação coletiva e a rotatividade da representação. O representante não é designado para mandar, senão para “simplesmente organizar o curso da decisão comum” (ZIBECHI, 2006.p.38). Esse sistema comunal possui as características e princípios da experiência da ‘Comuna de Paris’.

A economia do sistema comunal exclui a exploração ou apropriação do trabalho alheio, já que os bens coletivos são usufruídos em forma privada/familiar. Da mesma forma, não existe o trabalho alienado, já que a família e seus membros controlam os modos e ritmos de produção, não estão sujeitos a outro controle que não seja o da comunidade (PATZI, 2004, p.171).

Na esfera do poder político, a figura do representante comunal é oposta a que conhecemos na política tradicional (...). Nas comunidades a representação não é voluntária, mas obrigatória e rotativa. A diferença da lógica neoliberal, na comunitária não se elege o mais capaz ou o mais instruído ou inteligente, mas apenas simplesmente ao que lhe toca o turno(...) Como a representação não opção mas um dever que se presta a comunidade, que todos a seu turno devem prestar se querem seguir usufruindo dos bens comunais (terra, água, pastos) (ZIBECHI, 2006, p. 39-40).

Nas análises de Raul Zibechi fica claro que as grandes mobilizações ocorrem porque há uma densa rede de relações entre as pessoas. Relações que são também formas de organização. Na vida cotidiana são as relações de vizinhança, de amizade, de companheirismo, de compadrio, de família. Essas são relações/organizações também

² Alvaro Linera Garcia, Emir Sader, Luis Tápia, Félix Patzi, René Zavaleta, entre outros.

importantes. Essas relações de caráter comunitário portam forças enormes e é dentro delas onde se constroem os movimentos de insurreição.

Em síntese, na perspectiva emancipatória a construção do Poder Popular significa:

É processo através do qual os locais de vida (trabalho, lazer, moradia, etc.) das classes populares se transformem em órgãos coletivos, constituintes de um poder social alternativo e emancipatório que permita avançar na construção e consolidação de um campo contra-hegemônico. “É, portanto, um espaço de antecipação, prefiguração de uma nova ordem social, política, econômica e cultural.

A construção do poder popular implica uma transformação radical do Estado que articule a ampliação e o aprofundamento das instituições da Democracia Representativa e das Liberdades Democráticas, conquistas das lutas, com a construção de formas de Democracia Direta na base e também de formas de Autogestão.

Se buscarmos em MARIATEGUI, os 3 eixos sobre os quais definia o socialismo indo-americano podem ser identificados nas sociedades comunitárias dos Andes: O Princípio da “Forma Comunidade.”

- a socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social;
- a socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade; enfim, a democracia direta;
- a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade.

Referências Bibliográficas

LINERA, Alvaro Garcia. *A Potência Plebeia*. Boitempo editorial/Clacso, 2010.

MARX, Karl. *La Guerra civil em Francia*. Moscou: Editorial Progreso, 1977

MARIATEGUI, J.C. *Os Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*. SP: Editora Expressão Popular/Clacso, 2008.

NASCIMENTO, Claudio. *Do beco dos sapos, pelos canaviais de Catende, aos Caracóis de Nuestra America: Autogestão, poder comunal, socialismo*. Digitado, 2010.

PATZI, Félix. *Sistema Comunal, una propuesta alternativa al sistema liberal*. La Paz: CEA, 2004.

PANNEKOEK, Anton. *Les Conseils Ouvriers*. Paris, 1982.

PATZI, Felix. *Economia Comunera y explotacion capitalista*. La Paz: EDCOM, 1996.
SADER, Emir. *A Nova Toupeira*. Boitempo editorial, 2009.
TAPIA, Luis. *Turbulências de fin de siglo*. La Paz: IINCIP, 1999.
ZIBECHI, Raúl. *Dispersar El Poder*. Buenos Aires: Tinta Limon Ediciones, 2006.
ZAVALETA, René. *Bolivia, el desarrollo de la conciencia nacional*. Monevideo: Editorial Dialogo, 1967.

Anarquismo , Autogestão e Socialismo em “Nuestra America”

Claudio Nascimento

O novo ciclo de lutas, iniciado nos anos 90 na América Latina ,demanda novas reflexões. Está marcado por experiências diversas e de caráter heterodoxo. As velhas correntes ideológicas já não dão conta da tarefa. Entretanto, ideias-força e possibilidades não realizadas no passado , estão presentes na disputa de ideias.

São idéias-força que sempre renascem das cinzas. Nesse sentido, que significa estudarmos as ideias anarquistas em pleno século XXI ? Estas surgiram no século XVIII e tiveram seu ápice no século XIX e nos primeiros anos do século XX. Suas propostas de ação direta, antiestatismo e apoliticismo tinham sentido contra o Estado oligárquico e na disputa com correntes burocráticas da esquerda da época.

Todavia , as Ideias-força se projetão no futuro. Nesse sentido, as anarquistas não são apenas a ‘infancia’ do pensamento socialista. Têm grande atualidade pratica, influenciando os Projetos de transformação social em disputa neste momento de crise estrutural do capital.

Em 1968, por exemplo, as ideias libertarias ressurgiram, quando as velhas teorias não deram conta da nova realidade, as intuições anarquistas romperam alguns bloqueios.

Quando estudamos as correntes ideológicas do movimento social , o primeiro passo é um mergulho na historia .Mas, sobretudo, analisarmos as lutas sociais e traçar as idéias-força. Pablo G.Casanova, define um método: “Aqui aparece uma historia da consciência camponesa diversa da historia das escolas e doutrinas que chegam a ter influencia entre os camponeses”.(1984-p.10).

Outro grande historiador do movimento operario latino-americano, Carlos M.Rama, nos fala de uma **‘tradição desviacionista’** em relação às idéias que nos chegaram da Europa com os imigrantes.(1976-p.17)

Antonio Melis ,um gramsciano profundo conhecedor da obra de Mariategui e da América Latina, nos adverte: “Do ponto de vista ideológico, é importante destacar como emerge uma **constante tendência latino-americana a favorecer a heterodoxia**,ou a marginalidade, em respeito às correntes fundamentais do socialismo europeu”(idem-p.17).

Essa tendência abrange a influencia dos clássicos do libertarismo .O anarquismo tem muitas faces e ideias, muitas envelheceram e estão enterradas no passado. Mas, há um ‘conteúdo de verdade’ que se projeta no futuro. Está presente nas obras dos clássicos Proudhon, Bakunin, Kropotkin. Mais que analisarmos as doutrinas e correntes anarquistas na América Latina, devemos traçar algumas de suas ideias fundamentais.

Todavia, esse ‘desviacionismo’,essa ‘heterodoxia’, não significa a exclusão nas experiências históricas dos operários,camponeses,índios,populares , das principais ideias das correntes ideológicas. Seja o ‘socialismo utópico’, o anarco-sindicalismo, ou os marxismos. Estas se ‘incarnam’ na ‘prática inerte’ dos movimentos sociais .

Em Nuestra América, a cada nova etapa de dominação do Capital, surgem rebeliões, insurreições e mesmo revoluções em que as teorias renascem das cinzas de forma híbrida, como diz M.Lowy,ao analisar o ‘renascer de Che Guevara’ nas insurreições recentes na América Latina provocadas pela globalização capitalista: “uma ebulição ideológica em busca de soluções igualitárias, democráticas e antiburocráticas”.(2009-p.10)

Lowy afirma : “Nenhuma corrente revolucionária, nem guevarista nem trotskista nem libertária, pode sozinha pretender encarnar a síntese dessas experiências”.(idem).

Entretanto, neste imenso e profundo laboratório de construção de alternativas que é Nuestra América, diversos elementos estruturantes destas correntes ideológicas estão presentes nas experiências em curso .Esse é o sentido da ‘ebulição ideológica’, do ‘desviacionismo’ e do ‘híbridismo’. Uma “ecologia dos saberes” .

Experimentação no interior de uma ‘crise de hegemonia’, mas sobretudo numa “crise de processo civilizatório”.

As ideias fundamentais das diversas correntes ideológicas são partes intrínsecas ao caráter de ‘experimentação social’. Boaventura afirma que “A experimentação social , econômica e política exige a presença complementar de várias formas de exercício democrático (representativo, participativo, comunitário,etc).”Dentro e fora do Estado”, sem dúvidas.(2010-p.175).

Diversos “Grupos de Trabalho” da CLASCO têm enfrentado o desafio de pensar os novos horizontes de Nuestra América. Um deles, “Hegemonias y Emancipaciones” realiza pesquisas sobre os novos horizontes e nos traz muitas ideias. Através de um de seus integrantes, Emir Sader , podemos confirmá-lo. Emir em seu estudo sobre a ‘nova toupeira’, caracteriza a conjuntura que vive nosso continente:

“A configuração histórica da América Latina nesse momento é de uma crise hegemônica, em que o modelo neoliberal e o bloco de forças que são seus protagonistas se desgastam, se debilitam, e só conseguem sobreviver se aplicados de forma mitigada –como nos casos do Brasil, Argentina e Uruguai-. Porém, temos que assinalar que isso ocorre em um marco em que **a construção de um modelo superador e um novo bloco de forças** encontra muitas dificuldades para impor-se.”(2009-p.73)

E, caracteriza a experimentação social:” O que chamamos *pós neoliberalismo* é uma categoria descritiva que designa diferentes graus de negação do modelo, mas todavia não é um novo modelo; é, por sua vez, *um conjunto híbrido de forças que formam alianças sobre as quais se baseiam nos novos projetos*”. (idem-p.74).

Tal qual o que ocorreu na Europa, o anarquismo em seu conjunto se desgastou em lutas com o Estado e disputas internas. Na década de 20 ,em vários países, muito de seus militantes passaram para fundação de PCs .Após os anos 30 sobraram pequenas organizações com pouca incidência nas conjunturas políticas.

Todavia, das varias correntes do Anarquismo (anarco-sindicalismo, socialismo libertário, etc), algumas idéias-força ultrapassam o quadro puramente ideológico, o que assegura a concepção libertaria a presença nos debates teóricos.O historiador Frances, Jacques Julliard,em sua obra “Autonomie Ouvrière” ,etudes sur Le syndicalisme d’action directe” nos reforça essa hipótese do alcance superior das ‘idéias-força’ do libertarismo.

Nos momentos revolucionários as idéias não constituem blocos monolíticos. Na grande 1ª grande Revolução francesa idéias anarquistas, comunalistas, descentralizadoras coexistiram com outras centralizadoras ,autoritárias. É o ‘hbridismo’. A “ecologia de saberes”.

As ideias anarquistas libertarias, sem duvidas, quando se trata de autogestão, mostram uma grande atualidade.

Nesse sentido, há idéias-força nos clássicos libertários Kropotkin, Proudhon, Bakunin, e Landauer.E em três grandes experiências históricas: a fundante Comuna de Paris (1871), a Revolução Mexicana zapatista em 1910-11 e, a Revolução Espanhola das Coletividades Agrarias em 1936-39.

De M. Bakunin (1814-1876) ,destacamos sua concepção de um socialismo federativo, libertário,descentralizado e autogestionario,constituído pela democracia direta dos trabalhadores auto-organizados em suas empresas e pelos cidadãos com seus auto-governos.

Na Comuna de Paris (1871),Kropotkin esteve presente na ideia de um federalismo com base em instituições revolucionarias semi-espontaneas ,tipo conselhos,comitês e seções.Para Kropotkin são expressões primitivas dos princípios do anarquismo,embriões de anarquismo.

A influencia dos anarquistas foi forte na organização dos serviços públicos, através de ‘mutualistas’, ‘coletivistas’, ‘bakunistas.’

J.Proudhon (1809-1865) defendia o socialismo com base na propriedade social, a empresa autogerida , cooperativa, mutualista; na igualdade econômica, na superação do assalariado, a participação direta do povo no autogoverno, sem centralismo nem Estado autoritário, mas com federalismo e democracia direta. Foi o primeiro a propor uma concepção anti-estatal da gestão econômica.

P.Kropotkin (1842-1921),o último dos grandes teóricos anarquistas, tendo vivenciado a experiência da Revolução de 1917 na Russia, optou pelas idéias de Proudhon e Bakunin ,criticou o ‘capitalismo de Estado disfarçado de socialismo ‘ existente na Russia , e defendeu o

‘socialismo libertario’ com base no autoperder da democracia direta, na política, e da autogestão das empresas, na economia.

A crítica radical ao Estado é um elemento comum as concepções anarquistas. Para Kropotkin, a partir da experiência da Revolução russa, o Estado tem um papel contra-revolucionário enquanto instrumento de dominação da burocracia.

Na Revolução mexicana o zapatismo se expressou através da Comuna de Morelos, que teve inspiração na Comuna de Paris. E, na revolução espanhola, a CNT-FAI buscou criar o comunismo libertário e a autogestão no campo e na cidade, através das coletivizações camponesas.

Para além dos clássicos há a figura de Gustav Landauer (1870-1919), participou da Revolução dos Conselhos Operários de Munique e foi assassinado em maio de 1919. Landauer recolhe muitas ideias de Kropotkin, mas tem uma visão original do que denominou de “Anarquismo-socialismo”. Na sua obra principal “Incitação ao Socialismo” (1911) seu objetivo é a ausência de autoridade, a ausência de Estado, a vida livre do indivíduo; e será alcançado através do trabalho em cooperação, as comunas socialistas de trabalho. Sua forma principal de luta é a greve geral ativa.

G. Landauer adotou a expressão “Socialismo construtivo e experimental”, tendo a ‘propaganda pelo fato’ e a ‘ação direta’, como métodos para sua construção.

M. Lowy põe Landauer no campo dos “Românticos Revolucionários”: “Seu ‘Apelo ao Socialismo’ de 1911 desenvolve e concretiza os temas esboçados em “A Revolução” (1907). Landauer ataca diretamente a filosofia do progresso comum aos liberais e aos marxistas da Segunda Internacional (...). Ele vê nas comunas e associações medievais a expressão de uma vida social autêntica e rica em espiritualidade, que opõe ao Estado moderno ‘essa forma suprema do não espírito’ e reprova ao marxismo por negar a afinidade entre o socialismo do futuro e certas estruturas sociais do passado como as repúblicas urbanas da Idade Média, a Marcha rural e o Mir russo” (2010-pp. 96,97).

Estas ‘formas comunitárias do passado’ são, para Landauer, “os germes e cristais de vida da cultura socialista do futuro”. “As comunas rurais, com seus vestígios da antiga propriedade comunal e sua autonomia em relação ao Estado, serão os pontos de apoio para a reconstrução da sociedade” (idem).

A prática dos movimentos sociais com base na autogestão, a partir de 1968, reconciliou Marx com Proudhon”. Surgiu a possibilidade de uma ‘síntese’ articulando autonomia e autogestão.

Enfim, no ciclo das lutas pela autogestão (1976-1982), Na Polónia o movimento “Solidarnosc” articulou **Autonomia e Autogestão** na proposta de uma República Autogestionária. A experiência dos Conselhos de Trabalhadores e a luta contra o controle autoritário do Estado, colocaram a autogestão, a autonomia e independência como chaves da estratégia político-social. A experiência do Solidarnosc marcou as novas estratégias surgidas no pós 1989.

Para Nuestra América, nossa hipótese é de que, nas experiências de superação do neoliberalismo, em que os processos constituintes com objetivo de ‘Refundação do

Estado”, nos países Andinos ,como Venezuela, Bolívia e Equador ,e noutra perspectiva política ,em Chiapas, algumas ideias do socialismo libertário (que sintetizamos acima com alguns clássicos do anarquismo libertário) estão presentes enquanto elementos de construção do ‘poder popular comunal’.

Diferentemente das experiências do Sul, Brasil, Argentina e Uruguai, onde por vários motivos, esse processo não teve processos constituintes com refundação do Estado e construção de ‘poder popular’ , como eixos estratégicos.

Voltemos as idéias de Sader sobre as estratégias alternativas postas em jogo nas experiências em curso de ‘pós neoliberalismo”.

Para Sader ,nosso continente carece de pensamentos estratégicos que orientem seus diversificados projetos políticos. Apesar de profundas experiências , fortes lideranças e capacidade de análise, as 3 estratégias das esquerdas latino-americanas vivenciadas em um longo período , o Continente não produziu a teoria de sua prática. Assim, um dos elementos da crise hegemônica na América Latina é a falta de teorizações a respeito. A exceção seria o grupo boliviano ‘la Comuna’ ligado a Garcia Linera, por sua capacidade de aliar trabalho acadêmico e análises individuais de grande criatividade teórica”.(2009-p.116).

O ciclo neoliberal trouxe novos desafios teóricos e as lutas em curso são marcadas por práticas novas (‘rebeliões territoriais, greves de fome, ocupação de ruas, concentrações de massa, resistências armadas’).Mas, em geral, as lutas contra o neoliberalismo são caracterizada por ensaios e erros e ações nos pontos fracos do sistema.

Para Sader, os três países que desenvolvem projeto ‘pos neoliberais’ , estes fatores pesaram bastante. Afetou o processo venezuelano, o boliviano achou saída original e o equatoriano se apoiou em soluções híbridas.(idem)

Nesse contexto, Sader comenta ,então, a teorização realizada por alguns pensadores. Por exemplo, “Teorizações como as de HOLLOWAY e TONI NEGRI aparecem como adequações a situações reais que, em vez de propor soluções estratégicas, buscam fazer do vício virtude”.(idem-p.114)

Ambas, com suas distinções, por falta de visão estratégica, refugiam-se em uma mítica ‘sociedade civil’ e numa reducionista ‘autonomia dos movimentos sociais’. Tal qual as concepções anarquistas do passado, isso ocorre em ‘detrimento da política ,do Estado e dos temas estratégicos e ,de construção de projetos hegemônicos alternativos, e de novos blocos sociais e políticos”(idem-p.115)

Noutra perspectiva , outro integrante do mesmo Grupo da CLACSO, Raul Ornelas ,analisa duas estratégias das esquerdas:

-“Emancipação social”, centrada na ideia da ‘autonomia dos movimentos sociais’, e, uma crítica da hegemonia como categoria do poder. Os exemplos : neozapatismo em Chiapas, piqueteiros na Argentina);

-“Contra hegemonia” , articulação com a esfera política ,com o Estado, para construção de hegemonia alternativa. Os exemplos: Bolívia, Venezuela, Equador.

R.Ornelas aponta convergências e divergências :“As reflexões sobre as contrahegemonias e as emancipações convergem-na necessidade de romper a hegemonia do grande capital e seus agentes locais, e também na aspiração de construir a mais ampla unidade em torno dessa definição estratégica. Ao contrario, as dinâmicas da organização e da construção do sujeito transformador portam fortes diferenças(...)Levando em conta convergências e divergências, o projeto contrahegemonico privilegia a luta politica,enquanto a construção da autonomia constitui o eixo do projeto emancipador”(Ornelas-p.113).

Mas, podemos afirmar que, onde há articulação entre autonomia (independência dos movimentos sociais) e autogestão (via comunas e conselhos populares no processo de refundação do Estado), a luta toma o caráter de alternativa política de construção de contra hegemonias, não por meio das estruturas de poder existente, mas pelo processo de refundação do Estado em torno da esfera pública, através de conselhos e comunas populares, na perspectiva de um “Estado Comunal”.

Entretanto, quando há separação entre autonomia e autogestão , ocorre o isolamento político. O Exemplo mais claro, é a luta neozapatista em Chiapas, centralizada ‘nas bases’ e na ‘construção desde abajo” das novas estruturas sociais, tomando o Estado, os partidos e governos como adversário ou mesmo inimigos. E, aqui, há uma forte conotação das antigas correntes anarquistas e autonomistas.

Como diz Sader, “a perspectiva da ‘autonomia dos movimentos sociais’ encontra sua teorização mais articulada na obra de John Holloway” (“Cambiar el mundo sem tomar el poder” . “Agrietar el capitalismo”).E, podemos acrescentar também na obra de Raul Zibecchi (“dispersar el poder”)e nas idéias de Negri (império,multidã,etc).

Ambas estratégias ou perspectivas abordam a questão da economia popular solidãria, através de ‘redes horizontais’, assembleias, formas comunitárias de organização. Todavia, separam-se no que diz respeito a relação com os Estados e Governos. A Contra Hegemonia busca seu fortalecimento como política pública ,estratégia de desenvolvimento numa linha socioeconômica comunal, construção de poder popular articulando esferas pública e civil. A Emancipação ,ao contrario, constrói poder popular sobretudo na esfera da sociedade civil.

A questão do Poder e do Estado é o divisor de águas. Na visão da contra hegemonia, o Estado é um espaço de síntese do conflito social; para visão Emancipação, o Estado é um espaço de dominação. É tomado em conta , mas com distanciamento ,não está no centro das ações e reflexões.

A disjuntiva de como aprofundar o processo democrático passa pela articulação entre autogestão e autonomia, como construção de um Poder Comunal e Popular. Contrahegemonia e Emancipação deveriam ser duas faces de uma mesma moeda. Contudo, a experiência histórica tem mostrado a dificuldade desta construção. Mas, este é o desafio central da construção do socialismo com base na autogestão . É a esfinge a nos ameaçar , e não há receitas nem modelos, apenas ‘experimentações sociais’.

Pensando no Socialismo e na Autogestão em Nuestra América, a obra de Jose Carlos Mariategui mantém grande atualidade.

Nesse sentido, é importante a reflexão de Miguel Mazzeo, autor que tem se dedicado a “atualizar a obra do Amauta” a partir das experiências dos anos 2000 em Nuestra América. Mazzeo condensa as ideias de Mariategui na categoria de *socialismo práctico*.

Que entende Mariategui por elementos de socialismo práctico ?

Em linhas gerais podemos responder o seguinte: um conjunto de práticas sociais que se ratificam em torno ao **comunal**, o público e os valores de uso, também uma ‘mentalidade’, um ‘espírito’, enfim ; uma **práxis**. Para isso, o Amauta refuta o economicismo e “ parte de seres humanos concretos e suas experiências.

Isto já mostra o interesse de Mariategui pelo cotidiano (espaço de reprodução), como espaço de exploração, opressão e espaço de resistência e luta por uma contrahegemonia.

Deixemos a palavra com M. Mazzeo:

Os elementos do socialismo práctico remetem às tradições coletivistas da economia e da sociedade aborígenes, a práticas, concepções, subjetividades, etc, hostis aos modos de ser do gamonalismo * e do capitalismo(...). Porém, não são para Mariategui elementos puramente reativos, mas, são proativos, idôneos para outras conexões, geradores de tensões e contraposições dialéticas que instalam o futuro no presente. Um presente que se assume como uma instância de emdição ou ponto de partida concreto para uma ordem superadora e universal.

A comunidade, órgão específico do comunismo campones-indígena, era para Mariategui a instituição nacional autoctona que se erigia em alternativa ao latifúndio, à ‘feudalidade’ e também ao capitalismo.

Para Mariategui o espírito coletivista dos povos originários vai mais além da existência das comunidades na serra peruana. Seu “Espírito de cooperação”, seus “mecanismos morais”, para o Amauta, se punham de manifesto em infinidade de práticas “extra comunitárias” e em distintas regiões de Nuestra América.

A “economia comunista indígena”, “o comunismo agrário do Ayllu”, e os “elementos de socialismo práctico” remetem a princípios de reciprocidade e redistribuição das riquezas e consistem em hábitos e formas de cooperação e solidariedade e em um conjunto de ‘expressões empíricas’ de um “espírito comunista”.

Em outros povos originários podemos encontrar estes elementos. Mazzeo cita, por exemplo, entre quéchuas e aymaras: La minga, El ayni o ayne, El rama, El techa o pararaico,

que significam: trabalho comunitário, colaboração no trabalho, colaboração mútua para distintas tarefas; remetem, portanto, às tradições sócio-culturais e às experiências dos povos originários.

Para Mariátegui, o socialismo é “germen de auto-governo” que disputa o controle produtivo e reprodutivo do capital, como espaço de produção de agentes experimentados na mudança social, a partir do cotidiano”.

E o *comunismo agrário do Ayllu* serve a Mariátegui como padrão de um socialismo não-estatal. As comunidades servem como exemplo de ‘socialização’ concebida como *propriedade social (coletiva) e usufruto dos meios de produção* por parte dos produtores diretos e que abrange a *socialização do poder*.

Mazzeo aponta outros elementos do ‘socialismo prático’ enquanto ‘elementos de anticapitalismo prático’: os que vão “Além do capital”. Ou seja, o tipo ideal da organização comunal refuta os princípios básicos do sistema capitalista:

- a propriedade privada dos meios de produção (incluindo sua ‘redistribuição”);
- a estratégia do esforço individual frente ao esforço coletivo de que falava El Che;
- a dominação classista (e toda forma de dominação e exploração),
- a lógica da concorrência pelo lucro e da acumulação que atomiza as classes subalternas,
- o fundamento da mercantilização, etc.

O socialismo prático subordina todos esses elementos do capital à uma ‘lógica solidária”.

Assim,

A organização comunal contém o embrião do alternativo. Ao individualismo opõe o coletivismo, à propriedade privada opõe a propriedade coletiva, as relações sociais mediadas pelos laços mercantis contrapõe as relações solidárias, a organização vertical opõe a organização autônoma e de base.

Em relação ao processo de trabalho, “organização comunal tem os princípios comunitários básicos, entre outros: a emancipação do trabalho, a cogestão, a autogestão, o trabalho fraternal em associações voluntárias, etc., vai mais além da comunidade camponesa-indígena e são extensivos ao conjunto da sociedade”.

Mazzeo também aponta dois outros elementos do socialismo prático:

Os elementos do socialismo prático resgatam um paradigma ecológico, ao propor um vínculo com a natureza que se contrapõe à propensão faustica do Capital;

Os elementos do socialismo prático também propõem uma série de valores e uma moral antagônica à moral burguesa: uma “moral de produtores”, como disse Mariategui inspirado em Georges Sorel.

Por fim, vejamos como Mazzeo define a Economia Comunista Indígena:

Mariategui cita a César Ugarte para explicar essa economia: “A propriedade coletiva da terra cultivada pelo Ayllu ou conjunto de famílias aparentadas, embora dividida em lotes individuais intransferíveis; propriedade coletiva das águas, terras de pasto e bosques pela **marca ou tribo**, ou seja, a federação de Ayllus estabelecidos ao redor de uma mesma aldeia; cooperação comum no trabalho; apropriação individual das colheitas e frutos...”.

No Brasil, em particular, as grandes mobilizações de rua em Junho de 2013, revelaram a existência de correntes libertárias em uma grande diversidade de grupos. O principal a salientar é a presença destas ideias no movimento “Bloco de Lutas”, que iniciou, a partir da questão concreta e popular do “Passe Livre”, as mobilizações. Este movimento existe há vários anos. Porta sintonia forte com a questão da Autonomia em relação aos Partidos e ao Estado. Em muitos momentos, realizou Assembléias Populares em praças públicas para debater os temas ligados a “transporte”. Em ocupações de Assembleias Municipais em algumas capitais, se organizou em Comites Temáticos para debater o tema “Cidades”.

O Movimento é constituído por jovens trabalhadores precarizados das periferias.

Nas manifestações de Junho, outras correntes também estiveram presentes, Federações Anarquistas, como a do Rio Grande do Sul (FAG) e até grupos de grande complexidade política como o Black Bloc, caracterizado pela ação direta com muita violência.

É fundamental salientarmos que estas ideias já estavam presentes nas atividades dos grupos chamados “Altermundialistas” ou “Anti-sistêmicos”, presentes desde o 1º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2001. A crise de representação e da democracia, a busca por novas formas de participação direta, são elementos fortes dos atos destes grupos e movimentos.

Nos Fóruns Mundiais, a construção pela Juventude das chamadas “Cidades Autogeridas” é um exemplo muito claro. A 1ª foi em 2001, após grupos de jovens terem analisado a experiência da “Comuna de Paris”, e em todos os Fóruns mundiais ou temáticos, os jovens rebeldes reconstróem a cidade autogerida.

No Movimento social que chamamos de Economia Popular e Solidária, com presença nos diversos níveis de Governos, porta uma corrente que se baseia nas ideias da Autogestão Social, com princípios libertários, na perspectiva que apresentamos neste ensaio. A práxis das diversas e múltiplas experiências de base (fábricas recuperadas, Bancos Comunitários, Fundos Rotativos Solidários, Casas de Economia Solidária, etc) estão grávidas de elementos de autogestão, autonomia. Não esqueçamos que o Secretário de economia solidária, é um socialista do filão “Rosa Luxemburgo” existente nas esquerdas brasileiras desde, pelo menos, os anos 50.

Para finalizar, recorreremos ao pensamento crítico brasileiro, na obra do conhecido militante político e economista Rui Mauro MARINI. Após voltar do exílio, nos anos 90, Marini apresentou em diversas ocasiões a ideia da Autogestão em um sentido libertário.

Marini fez parte da corrente “luxemburgista” nos anos 60, e em seu exílio vivenciou fortemente, como dirigente do MIR, a experiência das lutas com formas autogestionárias no Chile de Salvador Allende, os Cordões Industriais e as tentativas de Assembléia Popular.

Em um dos seus ensaios, Marini aponta a estratégia de luta do movimento popular: “Ante a privatização ou a simples estatização, o movimento popular (sem perder de vista que a Propriedade Pública lhe é sempre mais conveniente que a privada), está em condições de sustentar a PROPOSTA DE UMA AREA SOCIAL REGIDA PELO PRINCIPIO DA AUTOGESTÃO e da subordinação dos instrumentos de regulação do Estado às organizações populares” (“Lucha por La Democracia em América Latina”- 1985).

No Congresso da ALAS, em Havana 1991, Marini retomou essa ideia da Área de Propriedade Social, que esteve presente nas experiências de Governos na Bolívia (Gal. Torres) no Peru (gal. Alvarado) nos anos 60. E no Chile da unidade popular no governo S. Allende, que Marini vivenciou diretamente.

Em 1994, ano do início das lutas contra o neoliberalismo em Nuestra América, com a rebelião em Chiapas, no ensaio “Duas Notas para o Socialismo”, Marini traça um ideário para o “Socialismo do século XXI”, ao propor uma análise das causas da crise do socialismo na URSS e na Europa oriental, que porta intensa vitalidade e vigência para o processo em curso na América Latina:

“Trata-se, sobretudo, de entender as novas formas de ação e os mecanismos de participação que as massas estão criando de modo mais ativo no plano da gestão empresarial e política (...) o Controle Operário, a Cogestão e a Autogestão das Empresas; a luta eleitoral e a participação no Parlamento e nos Governos locais; a participação e o controle popular sobre as políticas orçamentária, educacional, de saúde, de transporte público, junto a reivindicação de uma maior autonomia regional e local; a democratização dos meios de comunicação e o rechaço à censura; a crítica as desigualdades de base econômica, étnica ou sexual: esses são alguns instrumentos que as massas estão utilizando, em todos os lados, para defender seus interesses, elevar sua cultura e amadurecer seu espírito revolucionário” (“Duas Notas para o Socialismo”- 1994).

Por fim, em pleno espírito “luxemburgista”, conclui: “É por esta via que as massas estão se capacitando para (diferentemente do que ocorreu até o momento nas revoluções socialistas), para assumir elas mesmas, a direção do processo de transição socialista. O que, no final, é a única garantia segura de seu êxito”. (“Vida e Obra de Marini. Editora ‘Expressão Popular’, 2005, p. 220)

Bibliografia=

Casanova, P. G. (coord.)- “Historia politica de los campesinos latino-americanos”. Volumen 1. siglo veintiuno editores. 1984

- Rama, Carlos M.- “Historia del movimiento obrero y social latino americano”. Editorial Laia. Barcelona. 1976

- Melis, A. – prologo a Rama. Carlos M., “Historia del movimiento obrero y social latino- americano”. 1976

Julliar, Jacques. "Autonomie Ouvrière". Gallimard-Le Seuil. Paris. 1988

- Lowy, M.-Besancenot, O.="Che Guevara, uma chama que continua ardendo ". Editora unesp. 2009

- Lowy, M. – "Juifs hétérodoxes. Romantisme, messianisme , utopie". Éditions de l'Éclat. Paris. 2010

-Sader, Emir="El Nuevo Topo, los caminos de la izquierda latino-americana". Siglo veintiuno editores/CLACSO coediciones. Argentina. 2009

-Ornelas, Raul- "Contrahegemonias y Emancipaciones". In, Los desafíos de las emancipaciones em um contexto militarizado". Ana Esther Ceceña (coord.). CLACSO Libros. Argentina. 2006

- Santos, Boaventura- "Enriquecer la democracia construyendo la plurinacionalidad". In, "Democracia, Participación y Socialismo. Bolivia, Ecuador , Venezuela". Fundación Rosa Luxemburg. Quito. 2010.

-Mazzeo, Miguel – "Invitación al Descubrimiento. J.C. Mariategui y el Socialismo de Nuestra América". Editorial El Colectivo. Buenos Aires. 2008-2009.

-Mazzeo, M.- "Los 'elementos de socialismo práctico': um concepto necessário para pensar el socialismo del siglo XXI". Em="Vigencia de J.C. Mariategui. Ensayos sobre su pensamiento". Dialektika. Buenos Aires. 2009

Novaes, Henrique T. (org.): "O Retorno do Caracol à sua Concha". Expressão Popular. 2011

Site=WWW.claudioautogestao.com.br (2013)

-Site-R.M.Marini = WWW.marini-escritos.unam.mx

-R.M.Marini-Vida e Obra. Editora "Expressão Popular". 2005

- "Cidades Rebeldes". Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo editorial e Carta Maior. 2013.

-Bloco de Lutas."Dias de Dissídio". Youtube. 2013

- "Debajo y detrás de las grandes movilizaciones". Cuaderno OSAL. n.34. CLACSO. 2013

HOY=A 3ª conaes define limites reformas brasil frente a processos da AL

HORIZONTE=Conaes temática define projeto no campo do poder popular

3=ACO da ECOSOL meu texto expurgado

4-plataforma mov. Sociais

5=Marco regul e educ popular

6=Executiva do pt

7=O poder popular comunal meu texto expurgado

8- anarquismo AL

9-outil de Aconj. Recid meu

fim